



**ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2018.**-----

No dia 13 de abril de 2018, às 10:35 h, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral e presidente do Conselho Superior, Wagner Geraldo Ramalho Lima, subdefensor público-geral, Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral, Galeno Gomes Siqueira, secretário, Felipe Augusto Cardoso Soledade, Fernanda Sousa Saraiva e Richarles Caetano Rios. Presente ainda o presidente da Adep, Eduardo Cyrino Generoso. Ausentes justificadamente os conselheiros Marco Túlio Frutuoso Xavier, em gozo de férias e Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez, em gozo de licença médica.

Havendo *quorum* regimental, a dra. Christiane declarou abertos os trabalhos.

Em seguida, foi lida e aprovada a ata da 3ª sessão ordinária de 2018, realizada em 09 de março.

A dra. Christiane cumprimentou os conselheiros, o presidente da Adep, Eduardo Generoso, da Associação dos Servidores, Hilton Santa Bárbara, o assessor João Paulo Torres, a defensora Carolina Morishita, servidores da Defensoria e da Adep, Erlan e Diego.

A dra. Christiane indagou do conselheiro secretário, Galeno Gomes Siqueira, se havia inscritos ao momento aberto, tendo o mesmo dito que Eduardo Generoso e Carolina Morishita estavam inscritos previamente.

Eduardo Generoso falou de reunião pedida à DPG; disse que ainda não foi possível a data; disse que trataria de questões pontuais; falou da assembleia da Adep onde ficou deliberado pelo projeto de revisão anual ainda no primeiro semestre; disse que tratou da questão anteriormente no Conselho Superior; falou do projeto do TCE, recebido no plenário da ALMG em 10.2.18; disse que reiterava manifestação anterior; solicitou informações se houve avanço na questão; indagou sobre o contingenciamento; disse que os colegas clamam por informação; indagou se há perspectiva de até segunda-feira ser feito o pagamento da 2ª parcela do retroativo; sobre a terceira questão, gostaria de informações sobre a entrega do planejamento estratégico, se já foi recebido, já que era até final de março; se recebido, se será encaminhado ou apresentado ao Conselho Superior; falou do lançamento em 4 de maio da campanha da Anadep, tendo o Condege como parceiro, sobre documentação básica; justificou a ausência em razão deste compromisso, isto na sessão de 04.5.18; falou do mês de maio,



mês do defensor; que será feito mutirão no dia 15 de maio, na Praça Sete; que no dia 19 de maio, será realizado o tradicional churrasco do defensor em comemoração da nossa data; disse que trará mais detalhes posteriormente; por fim, falou de convites recebidos para inaugurações de novas instalações, tais como Dolores do Indaiá, Patrocínio, Coromandel e Monte Alegre de Minas; disse que já esteve em Patrocínio e Coromandel; quanto à Monte Alegre de Minas, manifestou até um elogio mesmo, porque durante todo o trabalho que a Adep realizou em 2015 e 2016, em todas as comarcas, com o Adep em ação, Monte Alegre chamou muita atenção e preocupou bastante; fez menção a ata de sessão anterior em que expressava a sua preocupação com a situação da comarca; fez menção a ofício de 31 de agosto de 2016, pleiteando melhorias para a comarca; disse que ficava satisfeito com o resultado; disse que o colega não estava em situação adequada e agora espera que isto seja revisto; falou das condições precárias da sede anterior; disse que o colega necessitava mesmo de uma sede melhor.-----

A dra. Christiane, sobre o pedido de reunião, disse que não recebeu formalização do pedido; disse que ficou em dúvida em relação a este pedido de agenda; que está à disposição para quaisquer esclarecimentos e que vai agendar; sobre os temas abordados disse que o faria nos informes; sobre o contingenciamento e o PL de revisão anual, reiterou que o momento hoje em razão do contingenciamento não nos permite esse encaminhamento à ALMG de projeto de lei em razão da necessidade de ateste; sobre o PL do TCE disse que ele deve ter sido encaminhado em momento anterior e que nós não teríamos condições de termos feito o mesmo antes, já que o nosso acabara de ser implementado; isto em razão do momento de contingenciamento, afirmou; disse que o cenário é de cautela; que o gestor precisa dar o ateste ao PL a ser encaminhado; que embora tenhamos uma lei orçamentária aprovada, ela se submete ao momento; disse que acha que é possível o destravamento ao longo do ano; que isto está sendo dialogado com o governo; que diz de forma transparente, de forma clara, que já foi dito aqui no Conselho Superior antes; que isto não permite o envio agora, pois não tem como atestar e que a questão é orçamentária; sobre o retroativo, é restos a pagar, e está negociando; que dia 15 é domingo; que a expectativa é que na próxima semana saia, mas não sabe precisar dia e assim que souber informará; que hoje, sexta-feira, dia 13.4, o governo não conseguiu pagar todos os servidores; que enquanto isto não se cumprir, não conseguem





transferir os recursos à DPMG; que assim que for efetivado o pagamento dos servidores, dentro do fluxo de caixa, é que se consiga o pagamento na próxima semana; sobre o planejamento estratégico, ele está sendo finalizado; que não conseguiram ainda em razão das últimas reuniões realizadas e dos encontros; que foi pedido mais alguns dias; que fizeram um consenso neste sentido e será entregue em breve; que fará a entrega formal aqui no Conselho Superior e agendaremos uma data para que isto ocorra; com relação aos eventos, fará agenda e fará questão de comparecer para prestigiar; sobre as inaugurações, sempre disse que é muito importante o trabalho conjunto; que sempre teve trabalho harmônico com a Corregedoria e com os Coordenadores Regionais também; mencionou os coordenadores Evaldo Cunha e Vanderlei Capanema, que sempre viajaram e mostraram a realidade das comarcas; que os assessores do gabinete também visitaram *in loco*; que todos deram oportunidade de conhecer a realidade de diversas comarcas no Estado, o que permitiu alugar novas sedes no Estado inteiro; que a presença do presidente da Adep nas inaugurações será muito importante.-----  
Eduardo Generoso disse que ficou satisfeito com as respostas; que a categoria continua aguardando o encaminhamento do projeto o mais breve possível.-----  
A dra. Christiane sugeriu se consulte a Adep para informar sobre a impossibilidade do ateste; que ninguém mais do que eu quer enviar, disse, mas que não tem como fazer este compromisso hoje; que se as cotas forem liberadas, ninguém mais que nós gostaria de fazer, prosseguiu; que isto também sempre fez parte de nossa vontade, de nosso planejamento, finalizou.-----  
Carolina Morishita cumprimentou todos os presentes; falou da abertura de consulta sobre o projeto de tutela coletiva; disse que quando abriu os procedimentos para ler, não soube como estão as discussões no âmbito do Conselho Superior; que não tem uma ementa de como foi o projeto; que os colegas estão com dificuldades e os do interior também, dada até a qualidade das gravações das sessões; disse que achou difícil manifestar da forma como está; fez menção aos documentos e pareceres juntados; disse que não sabe o que palpar; se se deve partir do pressuposto de que todas as ponderações foram acatadas, se o parecer da Corregedoria é vinculante, disse não saber e que é um pouco complexo; disse que mandou comentário sobre o art. 26; mencionou sobre sua proposta; sugestão: antes de apresentar a classe, para facilitar, até porque são quatro arquivos diferentes,



que talvez fosse mais efetivo apresentar uma consolidação à classe.-----

O conselheiro Wagner ramalho falou de dificuldades sobre qual é a sequência dos documentos; disse que eles têm uma ordem cronológica; fez considerações sobre o andamento da proposta no âmbito do Conselho; falou da baixa participação lá trás; falou que a comissão fez um trabalho todo; que o relator consolidou e passou ao revisor; que ainda não teve julgamento; que houve a suspensão para os defensores manifestarem sobre isto; que a base é o trabalho encaminhado pelo relator e as manifestações do revisor; que esta é a base que está em discussão; disse que perceberam ao longo do tempo que é mais difícil apresentar sugestões em abstrato do que com documento concreto; sugeriu a colocação de uma nota, uma mensagem, para explicitar, deixar claro quais são os documentos base, o produto final.-----

O conselheiro Felipe Soledade disse que na prática a gente consegue superar dois ou três problemas; recordou a redistribuição de procedimentos, das sessões virtuais, que quanto mais opiniões é melhor; disse que queria sugerir que alguém em voto vista fizesse o compêndio e votaria o voto vista; disse que funcionou em outros impasses e funcionou bem.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que acatou as ponderações do revisor e disse que em tese ela é a que está em discussão.-----

O conselheiro Richarles Caetano disse que este procedimento é um pouco caótico, muito antigo e ficou parado muito tempo; que a dificuldade que a Carolina teve, todos temos; que o Conselho ainda não começou a discussão em torno do procedimento; que a discussão é após a manifestação dos colegas; que talvez o ideal é deixar do jeito que está, para não delongar mais ainda; que nas próximas consultas é melhor a sugestão do conselheiro Wagner Ramalho; que a proposta apresentada pelo relator e revisor é o que está em debate; que deixaria do jeito que está, até mesmo para não protelar ainda mais, mas que nos próximos adere à proposta do conselheiro Wagner, apresentando apenas o produto do relator e revisor e fazer esta comparação.-----

A dra. Christiane indagou da defensora Carolina Morishita se ela teria alguma sugestão de encaminhamento.-----

Carolina Morishita disse que percebeu que é difícil mesmo; que muitos investiram muito tempo mesmo, e que pode perceber isto; que há comentários minuciosos; que a dificuldade não é impeditiva, mas não incentiva a participação da classe; sugeriu fazer uma exposição de motivos mesmo.-----



O conselheiro Galeno disse que o procedimento foi publicado da forma que está autuado; que ele é complexo não só fisicamente, mas que a matéria é complexa mesmo; disse que os procedimentos obedecem esta lógica até mesmo para preservar a sua história.-----

Solução apresentada e aprovada: colocar abaixo o voto do relator e revisor e um texto explicativo.-----

O conselheiro Richarles Caetano disse que não se pode protelar indevidamente; que teremos depois uma Deliberação que pode ser aperfeiçoada; que temos que ter um ponto de partida que não é o ideal e que tem que ser feito.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que pode se fazer uma nota e explicita e coloca o voto do relator e revisor e coloca uma mensagem e um memo circular neste sentido.-----

Por sugestão do conselheiro Galeno Gomes, a sessão prevista para o dia 27 de abril de 2018, a 2ª extraordinária, será apenas a posse do novo Corregedor-Geral, isto a partir das 17:00 h, com o que todos concordaram; o conselheiro Galeno fez considerações sobre a inviabilidade da apreciação de matérias na mesma sessão, com o que todos concordaram.-----

Sobre a mudança do Corregedor e sobre o andamento do procedimento da tutela coletiva, o conselheiro Wagner Ramalho disse que o conselheiro Ricardo Sales e o assessor Marcelo Paes podem ajudar, até porque este participou dos debates.-----

Eduardo Generoso, presidente da Adep, disse que este ano não terá o Congresso Nacional dos Defensores; que a expectativa é de um encontro estadual; solicitou a reserva dos dias 29 e 30 de novembro de 2018 para que não tenha eventos nestas datas; que estão trabalhando para executar o evento nestas datas.-----

A dra. Christiane disse que deixará na agenda institucional da Defensoria Pública.-----

Relativamente ao procedimento nº 026 de 2018, item 2, recurso administrativo contra indeferimento de pedido de licença especial manejado por Hilton de Assis Santa Bárbara, presidente da Associação dos Servidores, o conselheiro Galeno Gomes deu informações sobre o ingresso no Conselho Superior; disse que tal procedimento aportou no Conselho Superior depois do fechamento da pauta, mas como ele contém pedido de urgência colocava a questão para análise do pleno, especificamente o pedido de urgência e de liminar, com sugestão de que retorne à pauta da sessão de 04 de maio de 2018, 5ª ordinária; mencionou também sobre o pedido de reconsideração feito ao gabinete pelo recorrente, o que inviabilizaria a análise nesta assentada.-----



Tal procedimento é da relatoria do conselheiro Richarles e a revisão a cargo do conselheiro Wagner Ramalho.-----

O conselheiro Galeno disse ser favorável desde já ao deferimento do pedido de urgência.-----

Eduardo Generoso disse que a questão deve ser analisada o mais breve possível.-----

A conselheira Fernanda Saraiva disse ser favorável ao pedido de urgência e de liminar formulados.-----

O conselheiro Ricardo Sales colocou-se de acordo com o pedido de urgência; disse que é razoável aguardar até a próxima sessão, em que pese ter condições de proferir voto; disse que com isso dá-se tempo para a administração decidir sobre o pedido de reconsideração; disse que estava preparado até para votava a liminar e neste ponto acompanhava a conselheira Fernanda Saraiva.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse ser favorável ao pedido de urgência.-----

Os conselheiros Richarles Caetano e Felipe Soledade também se colocaram de acordo com a urgência.-----

À unanimidade, foi dado o caráter de urgência ao procedimento nº 026 de 2018, recurso administrativo contra indeferimento de pedido de licença especial formulado por Hilton de Assis Santa Bárbara.-----

Quanto ao item 3, o julgamento do procedimento nº 084 de 2009, requerimento de definição de inamovibilidade no Núcleo Cível e Fazenda Pública de Varginha, formulado por Wener Trindade Mendonça e outros, foi dada a palavra ao relator, conselheiro Ricardo Sales Cordeiro, que apresentou voto escrito, dispensada a leitura do relatório, para o qual pediu a juntada, dando pela perda do objeto e conseqüente arquivamento.-----

Dada a palavra ao revisor, conselheiro Galeno Gomes Siqueira, *ad hoc*, que acompanhou o voto apresentado pelo relator, sendo seguido por todos os demais conselheiros.-----

Resultado: à unanimidade, foi determinado o arquivamento do procedimento nº 084/09 pela perda do objeto.-----

O item 4, o julgamento do procedimento nº 015 de 2016, pedido de alteração do anexo I, da Deliberação nº 011/09 e formulado por Thiago Dutra Vaz de Souza, teve a seguinte solução: dada a palavra à relatora, conselheira Fernanda Saraiva, a mesma apresentou relatório e voto, dando pela extinção do feito pela falta de interesse de agir, sendo seguida pelo revisor, conselheiro Richarles Caetano e pelos demais conselheiros.-----





O conselheiro Richarles disse que esta proposta do então conselheiro Thiago Dutra foi superada no tempo porque se criou posteriormente o projeto paralelo e temporário que é o "julgar"; disse que atualmente o TJMG criou o III plenário do Júri em Belo Horizonte; disse que em conversa com juízes do júri de Belo Horizonte, eles entendem que este III plenário deve ser instalado ainda em junho; que existe a possibilidade de extinção do projeto "julgar"; que este III plenário não estará vinculado nem a um sumário nem a outro; que em um primeiro momento vai atender o I, mas pode atender o II; disse que há incertezas; que não temos condições de fazer; falou das dificuldades em abandonar o processo justamente no julgamento em plenário; disse que isto prejudica o assistido, mas que esta possibilidade existe; disse que serão mais cinco júris por semana e que a situação está posta; disse que apenas faz o relato, mas faz esta ponderação: no numero atual os defensores não terão condições de atender esta nova demanda e que é uma situação dolorida; disse que a Defensoria acompanha o réu desde o início e no momento de decidir a sua vida, a defesa chega e diz: "não estou mais com você"; disse que são decisões que terão que ser tomadas, inclusive nesta gestão ainda, já que está previsto para junho ainda o início dos trabalhos do III plenário da Capital; disse que a proposta feita pelo Thiago Dutra está superada pela situação que evoluiu para um outro contexto.-----

A dra. Christiane disse que está acompanhando a questão junto à Coordenação Criminal da Capital; disse que é um desafio: a falta de defensores ante o aumento de atribuições; disse que no TJMG também está havendo mudança da presidência e que talvez a Defensoria ganhe um tempo com isto até o posicionamento da nova diretoria.-----

A conselheira Fernanda Saraiva pediu a atualização da planilha de lotação dos defensores exposta na intranet e disse que tem que rever com urgência a questão.-----

Resultado: à unanimidade, decidiu-se pela extinção pela perda do objeto e conseqüente arquivamento do procedimento nº 015 de 2016.-----

Quanto ao edital para defensor público-geral todos concordaram com a minuta apresentada pelo conselheiro Galeno, que disse ter contado com o auxílio dos conselheiros Marco Túlio e Richarles Caetano, inclusive com a nova data de abertura.-----

Quanto ao procedimento nº 024 de 2018, foi dada a palavra ao colega Wagner Ramalho que falou das alterações sugeridas pelos setores técnicos; falou da revogação de decretos que regravam os



exames admissionais; disse que outra dúvida que surgiu foi a relacionada à expressão contida no art. 2º, da Deliberação nº 16 de 2018 no que se refere à dotação orçamentária; disse que pelo que foi colocado pela assessoria jurídica e SPGF, este ficou inseguro porque o que significaria dotação orçamentária? Seria para contratar a empresa ou prover todos os cargos? Disse que colocava a questão mais para discussão; disse que também seria interessante que isto não tivesse só no email e que o relator apresentasse um voto e a área técnica apresentasse o parecer; que o último concurso a empresa a ser contratada foi paga pelas inscrições e que a fonte 60 é como se fosse reserva de contingente.-----

A conselheira Fernanda disse ter uma dúvida: gastar com a abertura de um concurso e sem previsão de nomeação e posse não seria um gasto desnecessário?-----

O conselheiro Richarles disse que esta questão chegou ontem de última hora e é uma questão séria; que o Regulamento foi aprovado por unanimidade; que entendeu a urgência, mas disse achar que a questão tem que ser amadurecida, discutida, porque envolve dinheiro e é o nosso nome que está aí; disse que não tem a mínima condição de deliberar esta matéria hoje; sugeriu a apresentação de parecer escrito da assessoria jurídica e do SPGF e que achou as ponderações do conselheiro Marco Túlio e enviadas por email pertinentes e que as condições do concurso anterior foram exitosas.-----

A dra. Christiane disse que o concurso anterior tinha uma autorização da secretária Renata Vilhena para sua realização e que ainda não tinha a lei nº 141 ainda; disse que precisava de autorização da Seplag à época para abertura do certame.-----

O conselheiro Richarles disse que concurso o anterior deu muito certo e não houve questionamento judicial, fluiu; disse que pessoalmente não tem condições de deliberar sobre a matéria e que temos que discutir com calma.-----

A dra. Christiane sugeriu a expedição de notas técnicas e que se juntasse no voto as documentações mencionadas; disse que se possível se pautasse para a próxima sessão; admitiu a necessidade de uma reunião interna depois da apresentação dos documentos; indagou se de fato esta alteração seria imprescindível; disse que colocava a questão para análise de todos.-----

O conselheiro Richarles disse que se a gente altera o Regulamento, faz-se uma nova publicação e isto não passa despercebido; disse qualquer alteração no Regulamento temos que ser muito





cuidadosos, até mesmo na questão da perícia e que isto é um convite para uma impugnação judicial.-----

A dra. Christiane indagou se é possível reproduzir no edital de forma diferente, tendo o conselheiro Richarles dito que sim.-----

A dra. Christiane disse que para as alterações tem que ter estas notas técnicas; que vamos produzir estes documentos e se incumbia de trazer a questão da imprescindibilidade das alterações ao Conselho Superior.-----

O conselheiro Wagner Ramalho disse que sobre a sua proposição, a questão da parte pericial é mais tranquila, até porque é utilizada a perícia do Estado e mencionou o TCT nº 007 de 2015; disse que não precisamos adentar nela agora e que até o dia 04 de maio temos condições para refletir e isto dá segurança para todo mundo; disse que pedirá os documentos necessários, com o que todos concordaram, devendo a matéria retornar à próxima pauta.- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 13:05 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 13 de abril de 2018.-----

*Christiane Neves Procópio Malard*

Christiane Neves Procópio Malard      Wagner Geraldo Ramalho Lima

*Ricardo Sales Cordeiro*  
Ricardo Sales Cordeiro

Marco Túlio Frutuoso Xavier (FÉRIAS)

*Galeno Gomes Siqueira*  
Galeno Gomes Siqueira

Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez (Lic. nco)

*Felipe Augusto Cardoso Soledade*  
Felipe Augusto Cardoso Soledade

*Fernanda de Sousa Saraiva*  
Fernanda de Sousa Saraiva

*Richarles Caetano Rios*  
Richarles Caetano Rios

*Eduardo Cyríno Generoso*  
Eduardo Cyríno Generoso